

Da contra-revolução às leis do antigamente

Luta dura e novos heróis

Resistir, na democracia violada e comprimida pelos poderes dominantes nos últimos 35 anos, tem sido uma tarefa exigente, e os comunistas provaram estar à altura, tal como no combate à ditadura e no período revolucionário.

Quem viveu a revolução de Abril, e batalhou para que ela acontecesse, muito dificilmente imaginaria que, já no regime regido pela Constituição de 1976, iriam morrer Casquinha e Caravela com balas da GNR (27 de Setembro de 1979), mandadas disparar para matar a Reforma Agrária, ou os jovens Pedro e Mário, assassinados durante a violenta carga policial da noite de 30 de Abril de 1982, no Porto, inqualificável demonstração de ódio contra o 1.º de Maio, a CGTP-IN, os comunistas e os trabalhadores em luta.

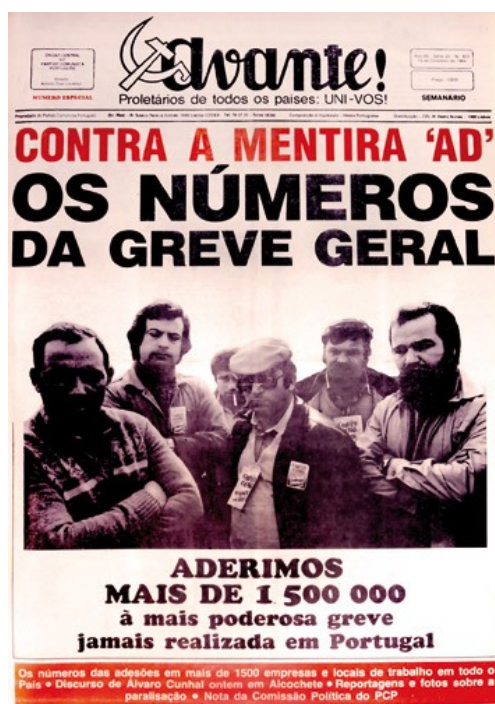
Quem sob a ditadura conquistou as liberdades, poderia ainda ser apanhado de surpresa, ao ver os legisladores do regime democrático e defensores do multipartidarismo aprovarem diplomas para tentarem impor um modelo estranho e único ao Partido que sempre soube tratar, comprovadamente melhor do que os demais, da sua organização e da tão livre quanto empenhada participação dos militantes.

Quem desbravou o Jamor e o Alto da Ajuda, porque os que estavam no poder pensavam matar a Festa do Avante! pelo cansaço de a construir ora aqui, ora ali, em terrenos sempre agrestes, já não terá ficado muito admirado ao ver nascer uma lei que tinha o mesmo sinistro objectivo e cujos mentores nem se mostraram incomodados por quererem impor normas absurdas.

Quem lançou fundamentados alertas sobre os graves custos que teria a adesão à CEE, tal como já tinha apontado caminhos alternativos para vencer a crise e ganhar o desenvolvimento e a justiça, pode hoje com mais autoridade exigir que se recupere a produção nacional.

Quem combateu Mário Soares, primeiro-ministro dos contratos a prazo, está hoje com mais razão em todos os verdadeiros combates contra a precariedade e demais instrumentos da exploração que só conhece como limite a luta organizada dos explorados.

Quem viu e quem conhece estes 90 anos, dentro da história de Portugal e do Mundo, não verifica apenas as dificuldades do presente, faz como outros fizeram perante todas as dificuldades dos presentes agora transcorridos: faz-se à luta, ganha força, confia que as vamos vencer. Arrisca-se, por certo, a que alguém lhe chame herói. Nada que não tenha acontecido antes a outros...



Usa-se a greve geral

Logo no dia seguinte à greve geral, o Governo decretou que as entidades patronais não podiam admitir ao trabalho os grevistas e considerou a greve como um «acto revolucionário» – isto diz respeito ao 18 de Janeiro de 1934, mas vem a propósito da forma como sempre tem sido violentamente contestada qualquer hipótese de recurso à greve geral, no Portugal renascido com Abril.

Assim foi com a primeira greve geral deste nosso tempo, marcada a 15 de Janeiro de 1982 e que teve lugar a 12 de Fevereiro, contra o Governo da «AD», que tinha Pinto Balsemão como primeiro-ministro e Marcelo Rebelo de Sousa como inefável secretário de Estado.

A propósito dessa histórica paralisação, diria Álvaro Cunhal (comício em Lisboa, a 18 de Fevereiro desse ano) que «uma greve geral (que seja verdadeiramente geral, como foi a de 12 de Fevereiro) não é jornada que se possa repetir todos os dias», mas «no desenvolvimento da luta popular nos tempos próximos, não se pode excluir a realização de novas greves gerais». Passados 25 anos, no Avante! de 25 de Fevereiro de 2007, Jerónimo de Sousa admitia que «é mais fácil decidir do que fazer uma greve geral», acrescentando que, «quando se tem presente os problemas, os trabalhadores, os seus anseios, quando as ameaças e os perigos têm esta envergadura, então, o recurso à greve geral deve ser sempre considerado».